

A (RE)CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SE DIZER DA LÍNGUA NO JORNAL

Thaís de Araujo da Costa (UFF/EN)
araujo_thais@yahoo.com.br

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber.

(Auroux, 2009a, p. 12)

1. Introdução

Em nossa pesquisa de doutorado²⁰, à luz do suporte teórico-metodológico subsidiado pela análise de discurso, de Pêcheux (2009) e Orlandi (2007), no seu encontro com a história das ideias linguísticas, de Auroux (1992) e Orlandi (2001), tomamos como parte de nosso objeto as colunas sobre língua portuguesa publicadas no jornal *O Dia* por Evanildo Bechara entre fevereiro de 2010 e março de 2012.

Quando iniciamos a leitura dessas colunas, de imediato chamounos atenção a forma como a língua portuguesa nelas é significada. Entretanto, ao nos debruçarmos sobre a análise, fomos levados a revisitar o passado dessa prática de publicação de colunas sobre língua em jornais e revistas, buscando a compreensão de como a memória daquilo que propomos chamar de “espaços para se dizer da língua na mídia impressa” se projetou no futuro, fazendo-se significar, na atual conjuntura, no objeto em estudo.

Neste artigo, então, com vistas a compreender o sentido de língua portuguesa com que se trabalha nas colunas de Bechara no século XXI, iremos tecer uma reflexão sobre a constituição desse espaço onde se diz da língua no jornal, situando-o na história da produção dos saberes linguísticos no/do Brasil e buscando compreender as condições de produção em que ocorreram e os efeitos dos deslocamentos procedidos quanto à significação da língua.

²⁰ Sob a orientação da Profa. Dra. Vanise Medeiros.

2. *Revisitando o passado*

A prática de se publicar colunas sobre língua portuguesa em jornais remonta no Brasil ao final do século XIX e início do século XX quando ganharam popularidade os famigerados consultórios gramaticais. Entende-se comumente por consultório gramatical, conforme Marcondes (2008), a coluna publicada na mídia impressa, seja em jornais ou revistas, que visa à prescrição de uma norma gramatical que reflete numa determinada época o ideal de correção estabelecido socialmente. Nesse tipo de coluna, há marcada a interlocução entre *consulente*, o leitor do periódico e do consultório que remete suas dúvidas à sessão, e o *consultor*, especialista em língua portuguesa que escreve a seção tendo como mote a pergunta enviada pelo consulente.

Tal caracterização, contudo, bem como a sua nomeação como “Consultório Gramatical” e as designações dos interlocutores como “consultor” e “consulente”, é uma construção histórica, que se naturalizou, tornando-se uma evidência, ao longo dos séculos. Enquanto analisistas do discurso, como nos lembra Medeiros (2003), preocupamo-nos com a apreensão de como se dá o funcionamento discursivo do objeto em análise, interrogando, para tanto, como se dá o seu processo de constituição. De acordo com a autora, é tendo como norte essa preocupação que o analista é levado a não considerar metodologicamente o seu objeto de estudo como produto acabado e a-histórico, trazendo para a sua análise a reflexão sobre a sua historicidade. Daí, com vistas a reafirmar o processo de desnaturalização dessa prática, rejeitamos a expressão “consultórios gramaticais” (e seus cognatos)²¹ e optamos por designar os textos que dela resultam como “espaços de se dizer da língua na mídia impressa”.

Pensando sobre o funcionamento desses espaços, revisitamos, como anunciamos anteriormente, o momento de fundação dessa prática no Brasil. Em Nascentes (2003), Silva Neto (1963), Elia (1975), Guimarães (1996/2004) e Marcondes (2008), são apontados como precursores dos chamados consultórios gramaticais em terras brasileiras o filólogo português Cândido de Figueiredo e o filólogo brasileiro Cândido Lago, os quais mantinham, na mesma época, seções em jornais de grande circulação, a saber, respectivamente, no *Jornal do Commercio*, sob o título de

²¹ Mais adiante veremos que, em razão das novas condições de produção, também na mídia esse termo perdeu força, sendo silenciado nas colunas de Bechara.

“O que se não deve dizer”, e no jornal *Correio da Manhã*, sob o título de “O que é correcto”.²²

Em trabalho anterior (COSTA, no prelo), no qual nos dedicamos à análise das colunas de Figueiredo e de Lago, vimos que essa prática surge no Brasil num momento em que se observa uma disputa em relação não só a quem pode e deve produzir conhecimento sobre a língua portuguesa, como também em relação aos usos que devem ser considerados próprios a essa língua.

Lembremos aqui que, no final do século XIX, tem-se, como propõe Orlandi (2002), o deslocamento do lugar de produção de conhecimento sobre a língua de Portugal para o Brasil²³. Os estudos linguísticos sobre língua portuguesa a que se tinha acesso até então eram oriundos de Portugal, mas a esta época alguns intelectuais brasileiros, influenciados pelos ideais românticos, começaram a pensar a língua portuguesa e, mais do que isso, passaram a pensá-la na sua relação com os falantes brasileiros, isto é, em relação ao uso que aqui se fazia dela. Assim sendo, com tal deslocamento, não se trata mais tão somente de uma relação, no que tange à disputa pela legitimidade de determinados usos linguísticos, conforme Orlandi (2002, p. 161), “entre portugueses e brasileiros, e entre teorias científicas sobre a linguagem”, mas também “entre brasileiros e brasileiros”, que incluem, excluem, valorizam, hierarquizam, estigmatizam, explicam etc. determinados usos.

Datam dessa época, os famosos embates entre o escritor brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas. Como nos explica Teysier (2001), nessa ocasião Alencar fora acusado de “escrever uma língua incorreta” não só por “censores” portugueses, mas também por brasileiros. Isto é, não havendo ainda legitimidade perante a sociedade para os usos defendidos pelo escritor e para os estudos desenvolvidos no Brasil sobre tais usos, estes eram significados de diferentes posições, em Portugal e no Brasil, como sendo da ordem do erro, e o erro, nesse contexto, era significado como algo que não era língua portuguesa.

²² Para melhor compreendermos os efeitos de sentidos engendrados por essa prática, além de nos debruçarmos sobre a literatura especializada, buscamos também os textos originais desses colonistas. As colunas de Cândido Figueiredo foram reunidas no livro *Falar e escrever: Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*; e as de Cândido Lago em *O que é correcto: A verdade na analyse: respostas a consulentes*.

²³ A *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, primeira gramática publicada no Brasil, data de 1881

Com nossa análise, foi possível observar que essa noção de erro como algo que está fora da língua é recorrente nos consultórios gramaticais dos séculos XIX-XX de Figueiredo e de Lago. Neles há materializada uma tensão entre o certo e o errado que pode ser verificada desde os seus títulos (“O que se não deve dizêr” e “O que é correcto”), mas também na forma como são nomeados a textualidade em questão (consultórios), o colunista (consultor), o leitor que remete suas perguntas ao colunista (consulente) e a sua prática (consulta) a partir da, como explica Medeiros (2010), significação da língua no discurso médico. Isto é, na conjuntura em questão, nesses espaços de se dizer da língua na mídia impressa, a língua era vista como algo doente que precisava ser tratado, e os erros cometidos pelos usuários e pela imprensa eram considerados empregos viciosos que a faziam adoecer. É preciso, então, que essa língua doente seja devidamente “medicada” pelos “consultores”, a partir das “consultas” feitas pelos “consulentes” e publicadas nos “consultórios”. Materializa-se, desse modo, a oposição que mencionamos anteriormente entre o que é considerado, tanto da parte dos consulentes²⁴ quanto dos consultores, como incorreto e o que é considerado correto, entre o que é português e o que não é português.

Foi-nos possível observar ainda, a partir de Medeiros e Oliveira (2012), que Lago, embora fosse brasileiro, ao prescrever determinados usos em detrimento de outros, também falava do lugar do português. Fato este que pode ser comprovado pelas autoridades citadas pelo filólogo: tantos os exemplos retirados da literatura quanto de dicionários são de produção portuguesa (Camões, Alexandre Herculano, Almeida Garret, Caldas Aulete, entre outros), e pelos usos prescritos e proscritos por ele. Daí termos concluído, em nossa análise, que a correção prescrita no seu consultório materializa na verdade *uma* certa norma escrita lusitana e não *uma das normas* escritas/faladas no Brasil na época em questão.

Esta norma defendida por Lago, contudo, apesar de significada a partir do lugar do português, não era a mesma prescrita nos consultórios de Figueiredo. Ao contrário, havia também entre esses dois consultores divergências, de modo que o primeiro chegou a fazer um comentário em uma de suas colunas desautorizando o segundo²⁵, assim como havia tam-

²⁴ Era comum os consulentes enviarem cartas perguntando aos consultores se é correto ou se não é incorreto dizer X.

²⁵ “*Se podêr, se podêres, poderá, podêsse, etc.*”, estão bem escritos com ‘o’, porque são derivados de ‘*podêste*’, (e não de ‘*pude*’, como se julgava em tempos idos).

bém entre os gramáticos e filólogos portugueses da época. Do mesmo modo, a norma prescrita nos consultórios de Figueiredo passava a incomodar alguns estudiosos brasileiros que então, ainda que de forma incipiente, construía o lugar do especialista brasileiro que fala sobre a sua própria língua não mais a partir do olhar português²⁶.

Assim sendo, em conformidade com o que propõe Orlandi (2002, p. 161), a partir da leitura dos consultórios de Lago e Figueiredo, foi-nos possível depreender a existência, nessa conjuntura, de um embate linguístico-teórico não só “entre portugueses e brasileiros”, mas também “entre brasileiros e brasileiros” e, nós completariamos, visto que nem mesmo em Portugal havia ainda uma uniformidade, entre portugueses e portugueses, com a diferença de que, no que tange à literatura e aos estudos gramaticais, os portugueses já tinham um lugar social de saber configurado, ao passo que os brasileiros ainda buscavam, a partir da depreensão dos usos feitos pelos escritores da nossa literatura, que tinha então menos de um século, instituir e legitimar os estudos sobre língua aqui desenvolvidos. Tal fato foi o que, a nosso ver, acarretou o silenciamento²⁷, salvo raríssimas exceções, dos estudiosos do Brasil, até mesmo nas colunas do filólogo brasileiro.

Como materialização dessa distinção de lugares de se dizer da língua e sob a ilusão de unidade linguística entre Brasil e Portugal, criou-se, como dissemos anteriormente, uma dicotomia (imaginária) entre o certo e o errado, entendendo-se como o que é certo a própria língua portuguesa ou, como vemos em Figueiredo, o “bom português” (1906, p. 64), português este que, como dissemos anteriormente, reflete o uso feito por determinados escritores e a grafia aceita por lexicógrafos lusitanos. O errado, por sua vez, não é português, é “gramática de negro”, é “asneira”, “chacota”, “vício”, “desvio”, “corrupção”²⁸.

Para provar que esta é a verdade, basta ver que é de ‘foste’ (e não de ‘fui’), que se derivam ‘fôra, fosse, for’.

Na minha opinião, pois, erra Candido de Figueiredo, escrevendo ‘pudeste’, etc., com ‘u’, graphia antiquada, que está hoje provado ser erronea”. (*idem*, p. 114) [italico do autor; sublinhado meu]

²⁶ Referimo-nos aqui aos trabalhos de Mario Barreto e de Heráclito Graça, cujas críticas a Figueiredo, publicadas na mídia impressa na mesma época, foram reunidas, respectivamente, nos livros: *Estudos da língua portuguesa* e *Factos da linguagem*.

²⁷ Empregamos aqui à noção de silêncio conforme desenvolvida por Orlandi (2007a).

²⁸ Termos encontrados nas colunas de Lago e Figueiredo.

Desse modo, assim como observaram Medeiros e Oliveira (2012) a respeito d' *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, os consultórios gramaticais do final do século XIX e início do século XX, embora, sob a ilusão de unidade que comentamos anteriormente, se propusessem a falar sobre “a” língua portuguesa, ao prescreverem aquilo que se julgava ser correto, abordavam certas dialeções da língua portuguesa, tomando-a como se fosse toda a língua, isto é, a única possibilidade de se dizer em português. Em oposição a essas dialeções, estava, pois, aquilo que se julgava ser vício, corrupção, ou seja, tudo aquilo que destoasse dessa dialeção tida como perfeita, inclusive alguns usos próprios da dialeção brasileira.

3. Colunas sobre língua no século XXI: ressonâncias e deslocamentos

Entre fevereiro de 2010 e março de 2012, Evanildo Bechara publicou regularmente aos domingos, sem página ou título fixos, uma coluna sobre língua portuguesa no jornal *O Dia*. Diferentemente, das colunas de Lago e Figueiredo, na coluna de Bechara os termos *consultório*, *consultor* e *consultente* são silenciados; apenas o termo *consulta* comparece uma única vez, em 110 colunas, para designar a prática do leitor que envia cartas para a seção. Além disso, algumas vezes os textos de Bechara não partem da pergunta de um leitor, mas daquilo que o autor acredita que seja de interesse dos leitores de um modo geral, ou dão continuidade a assuntos tratados nas seções anteriores.

Ao lermos as colunas de Bechara, de imediato saltou aos nossos olhos um deslocamento fundamental quanto ao que se propõem os seus textos, deslocamento este que fora anunciado já na estreia da sua seção, no dia 7/2/2010, e que está relacionado diretamente a outros deslocamentos, no que diz respeito não só à imagem do colonista e à do leitor, como também à forma como a língua portuguesa é significada nesses espaços. Em sua coluna de estreia, Bechara afirma que a sua seção visa ajudar aqueles que “pretendem empregar o idioma conforme as normas da língua padrão”, esta que, conforme o autor, “não é a única forma existente”, mas constitui “a forma que as pessoas procuram usar quando falam e escrevem com mais cuidado”.

Os leitores de Lago e de Figueiredo, em suas consultas, colocavam-se e eram significados pelos consultores, na maioria das vezes, como leigos, “ignorantes”, que buscavam um remédio para aquilo que era

posto como enfermidades da língua. Os colonistas, por sua vez, eram tidos como especialistas no sentido em que, enquanto estudiosos da linguagem, se colocavam como guardiões daquilo que era concebido como o “bom português” e tinham, portanto, como missão exterminar através de seus consultórios tais enfermidades, que não só adoeciam a língua, mas a corrompiam.

Nas colunas de Bechara, diferentemente, os leitores, além de buscarem sanar suas dúvidas quanto aos usos próprios à norma posta como padrão, visam saber o ponto de vista do gramático sobre um determinado assunto que naquele momento é considerado polêmico²⁹. E isto porque, assim como outrora, o lugar ocupado pelo colonista é ainda um lugar de autoridade, mas esta autoridade lhe é conferida e assegurada pela sua sólida formação acadêmica e pelos seus vínculos institucionais. Como comparece ao final de cada seção, Bechara é membro da Academia Brasileira de Letras e professor (emérito) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Enquanto autoridade, o colonista, na conjuntura atual, é reconhecido pelo lugar acadêmico que ocupa e pelo papel que desempenha no que tange à produção do saber gramatical brasileiro, ele não diz mais o que é certo ou errado, o que é ou não é língua portuguesa, e sim busca explicar e, por vezes, justificar linguisticamente os usos próprios à chamada norma padrão e também a motivação que faz com que o falante cometa alguns desvios em relação ao que prescreve esta norma.

Daí entendermos que há nas colunas publicadas no século XXI uma grande distinção quanto ao sentido da noção de erro, o que justifica, a nosso ver, os silenciamentos que mencionamos anteriormente dos termos “consultório”, “consultor” e “consultente”. As condições de produção são outras, o sentido de língua portuguesa com que se trabalha nesses espaços é outro e, por isso, apesar da filiação à memória instaurada no final do século XIX pelos consultórios gramaticais, tais termos já não podem mais comparecer. E isso em função da consolidação dos estudos gramaticais brasileiros a partir da implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, e do, principalmente, estabelecimento do pressuposto teórico construído a partir do advento da Sociolinguística no Brasil na segunda metade do século XX. Assim, dado esse pré-

²⁹ É pedido a Bechara que se posicione, por exemplo, em relação a casos omissos ou confusos colocados em pauta pelo Novo Acordo Ortográfico, e em relação à polêmica trazida pelo livro *Por uma vida melhor*, devido a certos posicionamentos no que diz respeito à variação linguística.

construído (Cf. PÊCHEUX, 2009), na coluna de Bechara a variação linguística passa a constituir um assunto necessário e recorrente.

Em outras palavras, o que estamos sinalizando aqui é que admitir a variação linguística consiste numa injunção das atuais condições de produção. Entretanto, embora, nas colunas de Bechara, se admita a existência da variação e, portanto, de outras normas para além daquelas que são concebidas como próprias à modalidade padrão da língua portuguesa, são estas regras, as quais são instituídas e legitimadas na/pela Gramática Normativa, também chamada de Tradicional, que são prescritas em sua coluna.

Para que melhor se compreenda o que estamos defendendo até aqui, analisemos duas sequências discursivas. A primeira do início do século XX retirada de uma das colunas de Lago; e a segunda, da coluna de Bechara, publicada no século XXI.

SD1: (...) a forma – “há tempo que te não vejo”, é seguida hodiernamente por bons escritores portugueses.

Diz o Sr. T.C. que agrada mais ao seu ouvido ouvir dizer – “há tanto tempo que não te vejo”. A isto, respondo, que todos acham mais agradável ao ouvido, aquilo a que estão habituados; por conseguinte, esse argumento não tem valor algum; quem diz habitualmente – no nosso **meio viciado** – “vou na cidade, cheguei em nossa casa, ele é tão surdo que não escuta nada”, diz uma **sucia de asneiras**; e, entretanto, **agrada-lhe isso mais do que o correcto** – “vou à cidade, cheguei a casa, ele é tão surdo que não ouve nada”.

Portanto, sem receio de errar, pôde dizer – “há tempo que te não vejo!”, na certeza de que **fala correctamente a sua língua**.

O ouvido de um ente que vive num meio viciado, pôde, porventura, ter algum valor no caso de que se trata? (Lago, 1911, p. 126). [itálico do autor; negrito meu]

Como podemos notar na SD1, o consultor coloca a incorreção, o erro, no mesmo eixo semântico do vício (“meio viciado”) e da asneira (“sucia de asneira”). Lembremos que os consultórios de Lago são escritos de um brasileiro para brasileiros, porém, apesar disso, aquilo que incomoda o consulente por soar estranho aos seus ouvidos – a questão da colocação pronominal, que a esta época já havia sido debatida por nossos escritores românticos – é comparado ao emprego da regência dos verbos ir e chegar com a preposição *em* em vez de *a*, emprego este que, embora hoje ainda não seja legitimado pela chamada tradição gramatical, é recorrente na fala dos brasileiros, inclusive daqueles que pertencem às classes mais privilegiadas socialmente. Ou seja, aquilo que Lago está chamando de vício consiste, em verdade, em empregos próprios já naquela conjun-

tura à modalidade brasileira da língua, os quais, entretanto, ainda causavam estranhamento em muitos especialistas da linguagem. Daí termos afirmado anteriormente que Lago, ao prescrever determinados usos em detrimento de outros, fala do lugar do português, e não do brasileiro. Notemos que o filólogo defende um determinado uso baseado no argumento de que ele é seguido “por bons escriptores portugueses”. Cabe, então, destacar aqui ainda o papel da literatura nesse momento. Era a partir da literatura, isto é, da “boa” literatura, dos usos empregados por aqueles que eram tidos como bons escritores portugueses, que se depreendia o que deveria ser considerado certo ou errado, o que era posto, portanto, como próprio ou não da língua portuguesa. Observemos também a deslegitimação do lugar do leitor brasileiro enquanto usuário competente em sua língua, visto que ele vive “num meio viciado” e está habituado a ouvir construções erradas, o que, em função disso, o impede de julgar os usos que são próprios ou não de sua língua materna.

Vejamos agora a sequência retirada da coluna de Bechara, na qual o colunista responde a um pergunta quanto ao emprego de pronomes pessoais após a preposição *entre*:

SD2: **A língua moderna literária**, tanto entre brasileiros como entre portugueses, a partir do século 19, já se mostra condescendente no emprego dos pronomes “eu” e “tu”, quando estes vêm em segundo lugar. O corretíssimo escritor português Antônio Feliciano de Castilho usa “entre eles e eu” na tradução de ‘Misanthropo’, do francês Molière: “entre eles e eu existe separação formal”. O estudioso da língua dos modernistas Raimundo Barbadinho Neto (‘Sobre a norma literária do Modernismo’, p.21-22) cita exemplos dessa construção em Viana Moog, Vinícius de Moraes, Ribeiro Couto e Clarice Lispector. **Todavia**, a sintaxe que evita “eu” e “tu”, mesmo afastados da preposição “entre”, é a recomendada na norma padrão. (Entre mim e vocês. In: *O Dia*. 22/8/2010, p. 45). [Itálicos e negritos nossos]

É interessante percebermos que, no século XXI, a literatura brasileira ganhou visibilidade e legitimidade, passando a ocupar um lugar ao lado da de Portugal. Este lugar, porém, já não é mais aquele que vimos no consultório de Lago. No século XXI, tendo em vista os acontecimentos que anunciamos anteriormente – a saber: o estabelecimento dos estudos gramaticais brasileiros e a construção do pressuposto teórico da sociolinguística –, a literatura deixa de ser um argumento válido para legitimação de determinados usos. Como podemos ver na SD2, Bechara cita tanto literatos portugueses quanto brasileiros que agasalham o emprego do pronome pessoal do caso reto após a preposição *entre*, mas, a despeito disso, como verificamos a partir do emprego do conectivo adversativo *todavia*, que introduz a posição-sujeito dominante, prescreve a regra que

diz ser própria à norma padrão. Aqui se faz necessário, para melhor compreendermos esse deslocamento no que tange ao lugar ocupado pela literatura, fazermos uma observação concernente à relação entre esta e os estudos gramaticais desenvolvidos no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Influenciados pelo movimento Romântico, deu-se início no Brasil ao processo de gramatização (do) brasileiro³⁰, processo este que, conforme o conceito proposto por Auroux (1992), visou à instrumentalização do português brasileiro, a partir da criação de *instrumentos linguísticos* (*idem, ibidem*), isto é, de gramáticas e dicionários nacionais. Foi nesta época, portanto, que surgiram os primeiros estudos gramaticais que versavam sobre as especificidades da língua portuguesa deste país. Essas gramáticas usavam fragmentos das obras românticas como exemplo, buscando nelas apreender os usos próprios da língua brasileira. A gramática, então, enquanto objeto histórico que produz a realidade (imaginária) de uma língua homogênea, precisou, num primeiro momento, da literatura para a instituição/legitimação da língua nacional, a qual se diferenciava da de Portugal devido às variedades de usos aqui encontradas. No entanto, ao produzirem essa realidade linguística (imaginária), as gramáticas brasileiras passaram a funcionar como instrumento de estabilização, uma vez que pressupunham o estancamento da língua a ser gramatizada (PFEIFFER, 2001), apagando as outras variedades para que se produzisse a ilusão de unidade e (im)pondo, assim, uma “imutabilidade” à língua.

As práticas languageiras e seus sentidos passaram, desse modo, a se restringirem a um já-posto social e histórico específico (AGUSTINI, 2004) – o que (não) se pode e (não) se deve falar, assim como onde (não) se pode e (não) se deve falar, passou a estar predeterminado pela realidade linguística (imaginária) abalizada pela gramática. É válido lembrar aqui, contudo, que esta determinação, posteriormente, com o desenvolvimento dos estudos em sociolinguística, passou a ser, na maioria das vezes, relativizada de acordo com a situação enunciativa em que se encontra o falante.

Ainda assim, com a consolidação da gramática normativa no Brasil, inverteu-se a situação estabelecida entre gramática e literatura, aquela passou a legislar sobre o fazer literário dos autores, classificando-os como bons ou maus escritores, sendo os primeiros os que transgridem as regras gramaticais por finalidade estético-expressiva e os segundos os

³⁰ Tomamos aqui o conceito de gramatização conforme proposto por Auroux (1992).

que deturpam, na sua visão, a língua portuguesa (AGUSTINI, 2004, p. 49). Em outras palavras, com isso, a caução literária deixou de constituir um argumento válido para a defesa de um ideal de correção linguística, passando este lugar a ser ocupado pela gramática normativa.

4. Conclusão

A análise das colunas de Bechara possibilitou-nos observar, em relação à prática desenvolvida no Brasil no final do século XIX e início do século XX, um deslocamento quanto ao sentido de erro e, por conseguinte, quanto ao de língua portuguesa, conforme compareciam e hoje comparecem nesses espaços.

Vimos que a implementação da NGB e a uniformidade que impôs à gramática normativa brasileira foram fatores decisivos para que, com a legitimação dos usos por esta instituídos, ocorresse a inversão dos lugares ocupados até então pela gramática e pela literatura, de modo que esta acabou deixando de ser um argumento válido para justificar determinados usos. Vimos também que, com a constituição do pré-construído da sociolinguística, tornou-se necessário conceber a existência da variação linguística e, portanto, de outras normas para além da padrão.

Nas colunas de Bechara, entretanto, escapa-se parcialmente dessa injunção imposta pelo interdiscurso (PÊCHEUX, 2009), isto é, pela memória evocada ao se falar de língua portuguesa, já na coluna de estreia ao se estabelecer o objetivo da seção. Assim, apesar de se conceberem a existência de outras normas, são prescritos em sua coluna os usos considerados próprios à norma padrão, silenciando-se ou deslegitimando-se, assim, em prol do evidenciamento destas, os usos referentes às demais variedades.

Daí, dado esse funcionamento, considerarmos, assim como Meideiros (2010), os espaços de se dizer da língua na mídia impressa, tanto aqueles formulados e postos em circulação nos séculos XIX-XX, como os em circulação no século XXI, como instrumentos linguísticos (Auroux, 1992), isto é, como objetos técnicos e empíricos investidos de conhecimentos teóricos explícitos que, ao lado das gramáticas e dos dicionários, nos ajudam a falar e a ler uma língua e dos quais, enquanto produtos históricos resultantes de gestos de interpretação, podemos traçar uma história.

A língua que constitui o objeto desses instrumentos é, como no explica Auroux (*idem*), sempre um artefato, isto é, uma produção histórica constituída a partir de determinadas práticas discursivas, mais especificamente a partir dos gestos de interpretação nelas presentes procedidos pelos gramáticos, lexicógrafos e, no caso das colunas, pelos gramáticos-colunistas. Nesse sentido, como nos lembra o autor, fazer a gramática de uma língua ou escrever uma coluna na qual se prescrevam determinados usos, ou seja, instrumentalizá-la, é sempre, pelo menos parcialmente, uma atividade redutora, visto que a língua que nelas comparece é um recorte, uma dialeção, uma parte do todo inatingível, que, dadas as ilusões de literalidade e de completude, se apresenta como UNA. Como todo recorte, contudo, em prol da construção dessa língua-artefato, ou língua imaginária, no dizer de Orlandi (2008)³¹, sempre se deixa algo de fora – nos consultórios dos séculos XIX-XX, como vimos, deixava-se de fora tudo aquilo que não fosse considerado língua portuguesa e, nas colunas de Bechara do século XXI, deixa-se de fora todos os usos que não considerados próprios à norma padrão.

Neste caso, especificamente, essa ausência é justificada pelos objetivos estabelecidos para a sua seção. Diz-se aceitar a existência de variedades outras que não a padrão, porém, dado os lugares que elas ocupam no imaginário da sociedade e dado o lugar ocupado pelo gramático que diz da língua no jornal, elas não constituem o escopo de sua análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTINI. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas: Pontes; Fapesp, 2004.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

COSTA, Thaís de Araujo de. A língua portuguesa nos consultórios gramaticais dos séculos XIX-XX: uma língua doente. In: MEDEIROS, Vanise (Org.). *Anais do II Encontro Interno do Laboratório de Arquivos do Sujeito (LAS)*. UFF-2013. (No prelo)

³¹ Orlandi (2008), em sua reflexão sobre o real da língua, conforme proposto por Milner e retomado por Pêcheux e Gadet (2010), desenvolve as noções de língua imaginária e língua fluida. Aquela, segundo a autora, é passível de sistematizações, pressupõe a estagnação, a disciplinarização da língua, ao passo que esta “não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86) e pressupõe o movimento, a mudança contínua.

ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Falar e escrever: Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*. 2ª série. Lisboa: Clássica, 1906.

_____. *Lições práticas da língua portuguesa*, vol. I. 5. ed. Lisboa: Clássica, 1911.

_____. *O que se não deve dizer*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1903.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. Campinas: Pontes, 1996. Separata de: GUIMARÃES; ORLANDI (Orgs.). *Língua e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996, p. 127-138.

_____. *História da semântica*. Campinas: Pontes, 2004.

LAGO, Cândido. *O que é correcto: a verdade na analyse: respostas a consulentes*. Rio de Janeiro: Pap. Moderna-Parreira & C., 1911.

MARCONDES, Iara Lúcia. *Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância linguística*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, 179f.

MEDEIROS, Vanise Gomes. *Dizer de si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. Tese de doutorado, UFF, 2003.

_____. *Sabendo (d)a língua pelo jornal: o que colunas, publicações e produção de material nos dizem da língua*. In: Medeiros, Vanise e Tedesco, Maria Teresa. (Org.). *Travessia nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

MEDEIROS, Vanise G.; OLIVEIRA, Thiago M. O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. In: *Revista Confluência*, n. 41/42, 2012.

NASCENTES, Antenor. A filologia portuguesa no Brasil (1939). In: BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 186-204.

NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1963.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007a.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007c.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Terra à vista: Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (Org.). *História das ideias linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001, p. 21-38.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. 2. ed. Campinas: RG, 2010.

PFEIFFER, Claudia C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.